

Luciano Felício Fuck

Estado Fiscal e Supremo Tribunal Federal

2017

saraiva  *jur*

SÉRIE **idp** INSTITUTO
BRASILENSE DE
DIREITO PÚBLICO | LINHA
Pesquisa
Acadêmica

Sumário

Agradecimentos.....	9
Lista de Abreviaturas.....	11
Prefácio.....	23
Apresentação	27
Introdução.....	31

Capítulo 1

Sistema Constitucional Tributário e direitos fundamentais...	45
1.1 Direitos fundamentais e recursos públicos.....	49
1.1.1 Classificação dos direitos fundamentais	50
1.1.1.1 Classificação de GEORG JELLINEK.....	50
1.1.1.2 Classificação de ROBERT ALEXY	52
1.1.2 Custos dos direitos fundamentais	56
1.1.3 Dever fundamental de pagar tributos	59
1.2 Direitos fundamentais e competências tributárias	63
1.2.1 Competências tributárias na CF/88	65
1.2.1.1 Conceito de competência tributária na CF/88	66
1.2.1.2 Desenvolvimento do sistema constitucional tributário brasileiro	68
1.2.1.3 Competência tributária na CF/88 e direito comparado	73

1.2.1.4 Características da competência tributária na CF/88	75
1.2.2 Competência tributária e direitos fundamentais do contribuinte.....	81
1.2.3 Competência tributária e custos dos direitos fundamentais	86
1.2.4 Competência tributária e federalismo	88
1.3 Conclusões parciais	91

Capítulo 2

Estado fiscal na Constituição Federal de 1988	93
2.1 Estado fiscal e formas de financiamento do Estado	94
2.1.1 Origens do Estado fiscal.....	94
2.1.2 Conceito de Estado fiscal e seus elementos	97
2.1.2.1 Preponderância da atividade econômica privada.....	97
2.1.2.2 Prevalência dos tributos não vinculados	99
2.1.2.3 Limites na capacidade de tributar.....	102
2.1.3 Distinção do Estado fiscal de espécies semelhantes....	103
2.1.3.1 Estado fiscal e Estado patrimonial.....	103
2.1.3.2 Estado fiscal e Estado tributário.....	105
2.2 Constituição Federal de 1988 e Estado fiscal.....	106
2.2.1 Receitas públicas e CF/88.....	106
2.2.1.1 Receitas originárias	107
2.2.1.2 Receitas derivadas.....	108
2.2.2 Comparação das formas de receita.....	112
2.2.2.1 Estado fiscal e Federalismo.....	112
2.2.2.2 Estado fiscal e Democracia	114
2.2.2.3 Estado fiscal e dignidade da pessoa humana..	115
2.3 Conclusões parciais	116

Capítulo 3

Reformas constitucionais tributárias e o Supremo Tribunal Federal.....	119
3.1 Instituição de novas competências tributárias	121
3.1.1 IPMF.....	122
3.1.2 CPMF	127
3.1.3 Cide-Combustíveis.....	134
3.1.4 Cosip	136
3.2 Alterações de competências tributárias	140
3.2.1 Fundo Social de Emergência	140
3.2.2 Salário-educação	145
3.2.3 Contribuição previdenciária dos inativos.....	150
3.2.4 Progressividade do IPTU	158
3.2.5 ICMS	161
3.2.6 Cofins e PIS	167
3.3 Instituição de novas imunidades.....	169
3.4 Reformas das limitações constitucionais ao poder de tributar	171
3.5 Exame da compreensão do STF	172
3.6 Conclusões parciais	175

Capítulo 4

Exercício da competência tributária e o Supremo Tribunal Federal.....	177
4.1 Controle de normas gerais em matéria tributária.....	178
4.1.1 Ausência de normas gerais e exercício de competência tributária	183
4.1.2 Normas gerais e CTN.....	184
4.1.3 Normas gerais e impostos	186
4.1.3.1 Normas gerais e ICMS.....	187

4.1.3.2	Normas gerais e ISS	194
4.1.4	Normas gerais e demais tributos não vinculados	199
4.2	Controle do exercício da competência tributária	204
4.2.1	Tributos não vinculados	205
4.2.1.1	Impostos	206
4.2.1.1.1	Impostos federais	209
4.2.1.1.2	Impostos estaduais.....	230
4.2.1.1.3	Impostos municipais	244
4.2.1.2	Contribuições	246
4.2.1.2.1	Contribuições sociais	247
4.2.1.2.2	Contribuições de intervenção no domínio econômico	263
4.2.1.2.3	Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	265
4.2.1.3	Empréstimos compulsórios.....	267
4.2.2	Tributos vinculados.....	268
4.2.2.1	Taxas	268
4.2.2.2	Contribuições de melhoria	275
4.3	Síntese crítica da jurisprudência do STF.....	276
4.4	Conclusões parciais	280

Capítulo 5

Limitações constitucionais ao poder de tributar e o Supremo Tribunal Federal.....	281
5.1 Imunidades	282
5.1.1 Imunidade recíproca.....	284
5.1.2 Imunidade de partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social	287
5.1.3 Imunidade religiosa	293
5.1.4 Imunidade de livros, jornais e periódicos	295

5.1.5 Imunidade de exportações.....	297
5.1.6 Outras imunidades	299
5.2 Limitações formais	301
5.2.1 Legalidade	301
5.2.2 Irretroatividade e anterioridade	308
5.2.3 Devido processo legislativo	315
5.3 Limitações materiais.....	316
5.3.1 Isonomia	317
5.3.2 Vedação ao confisco.....	325
5.3.3 Outras limitações materiais	334
5.4 Síntese crítica da jurisprudência	343
5.5 Conclusões parciais	344
Conclusão.....	347

Anexo I

Precedentes citados.....	355
---------------------------------	------------

Anexo II

Arrecadação no Brasil	385
------------------------------------	------------

Referências	387
-------------------	-----